

Concurso Público

CARGO:

1



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANALISTA JUDICIÁRIO
ÁREA: ADMINISTRATIVA

Aplicação: 28/9/2008

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira inicialmente os seus dados pessoais transcritos acima e o seu nome no rodapé de cada página numerada deste caderno. Em seguida, verifique se ele contém **CENTO E VINTE** itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 120, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da **folha de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:
O acaso é o grande mestre de todas as coisas.
A necessidade só vem depois, não tem a mesma pureza.
- 3 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, ou haja discordância quanto aos seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores.
- 4 Não utilize lápis, lapiseira (grafite), borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 5 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 6 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 7 Nas provas objetivas, recomenda-se não marcar ao acaso: cada item cuja resposta divirja do gabarito oficial definitivo receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 8 A duração das provas é de **quatro horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo para a folha de texto definitivo da prova discursiva.
- 9 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, **uma hora** após o início das provas e poderá levar este caderno de provas somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.
- 10 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo da prova discursiva e deixe o local de provas.
- 11 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes do presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.

MANHÃ

AGENDA (datas prováveis)

- I 30/9/2008, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br.
- II 1.º e 2/10/2008 – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III 28/10/2008 – Resultado final das provas objetivas e resultado provisório da prova discursiva: Diário Oficial da União e Internet.
- IV 29 e 30/10/2008 – Recursos (prova discursiva): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- V 19/11/2008 – Resultado final da prova discursiva e convocação para a perícia médica dos candidatos que se declararam portadores de deficiência: Diário Oficial da União e Internet.
- VI 23/11/2008 – Perícia médica, em locais e horários a serem informados na respectiva convocação.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 12 do Edital n.º 1 – STJ, de 17/7/2008.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet – www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código C, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português; o *mouse* está configurado para pessoas destros; expressões como **clique**, **clique simples** e **clique duplo** referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; **teclar** corresponde à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Sempre que utilizadas, as siglas subseqüentes devem ser interpretadas com a significação associada a cada uma delas, da seguinte forma: ADCT = Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; CF = Constituição Federal de 1988; CNJ = Conselho Nacional de Justiça; DF = Distrito Federal; LDO = Lei de Diretrizes Orçamentárias e Financeiras; LOA = Lei Orçamentária Anual; LRF = Lei de Responsabilidade Fiscal; PPA = Plano Plurianual; STF = Supremo Tribunal Federal; STJ = Superior Tribunal de Justiça; TCU = Tribunal de Contas da União.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 Se a perspectiva do político é a perspectiva de como
o poder se constitui e se exerce em uma sociedade, como se
distribui, se difunde, se dissemina, mas também se oculta, se
4 dissimula em seus diferentes modos de operar, então é
fundamental uma análise do discurso que nos permita
rastreá-lo. A necessidade de discussão da questão política e
7 do exercício do poder está em que, em última análise, todos
os grupos, classes, etnias visam, de uma forma ou de outra,
o controle do poder político. Porém, costumamos ver o poder
10 como algo negativo, perverso, no sentido da dominação, da
submissão. Não há, entretanto, sociedade organizada sem
formas de exercício de poder. A questão, portanto, deve ser:
13 como e em nome de quem este poder se exerce?

Daniilo Marcondes. **Filosofia, linguagem e comunicação**.
São Paulo: Cortez, 2000, p. 147-8 (com adaptações).

Em relação às idéias e às estruturas lingüísticas do texto acima, julgue os itens a seguir.

- 1 Segundo o texto, é inútil discutir o poder, pois seu aspecto negativo, de submissão, é inevitável e aparece em todas as relações de dominação, seja de classe, seja de etnia.
- 2 A vírgula logo depois de “operar” (ℓ.4) indica que a relação entre as idéias expressas no período iniciado por “então é fundamental” (ℓ.4-5) e as idéias expressas no período anterior seria mantida se a palavra “então” fosse substituída por **posto que**.
- 3 Na linha 7, para evitar as duas ocorrências da preposição “em” e tornar o estilo do texto mais elegante, mantendo-se a correção gramatical, deve-se deixar subentendida a primeira delas, reescrevendo-se o respectivo trecho da seguinte forma: está que, em última análise.
- 4 Mantendo-se as idéias originalmente expressas no texto, assim como a sua correção gramatical, o complemento da forma verbal “visam” (ℓ.8) poderia ser introduzido pela preposição **a**: ao controle.
- 5 Para que o texto atenda às exigências de redação de um documento oficial, como um relatório, por exemplo, é obrigatória a substituição da forma verbal “costumamos” (ℓ.9) por **costuma-se**.
- 6 A flexão de plural em “formas” (ℓ.12) indica que, se em lugar do verbo impessoal, em “Não há” (ℓ.11), for empregado o verbo **existir**, serão preservadas a coerência textual e a correção gramatical com a forma **existem**.

1 Em um artigo publicado em 2000, e que fez muito
sucesso na Internet, Cristovam Buarque desenhava um idílico
mundo futuro, liberto das soberanias nacionais, em que tudo
4 seria de todos. Se tudo der certo no planeta (o que é
discutível), quem sabe um dia, daqui a mil ou dois mil anos,
cheguemos lá. Como nada ainda deu certo no planeta, a
7 internacionalização só será aceitável quando se cumprirem
duas premissas. Primeira: que desapareçam os Estados
nacionais. Segunda: que os grupos, ou comunidades, ou
10 sociedades que restarem mantenham entre si relações
impecavelmente equitativas. Quem sabe um dia...

Roberto Pompeu de Toledo. **Amazônia: premissas
para sua entrega**. *lr. Veja*, 28/5/2008 (com adaptações).

Julgue os seguintes itens, a respeito da organização das idéias do texto acima.

- 7 Mantém-se a correção gramatical do texto e respeitam-se suas relações argumentativas ao se substituir “em que” (ℓ.3) por **onde**.
- 8 O emprego das formas verbais “cheguemos” (ℓ.6), “desapareçam” (ℓ.8) e “mantenham” (ℓ.10) indica a expressão de ações hipotéticas; mas o desenvolvimento do texto permite, coerentemente, considerá-las assertivas, e sem que se prejudique a correção gramatical, em seus lugares, é possível empregar as formas **chegamos**, **desaparecem** e **mantêm**, respectivamente.
- 9 Mantém-se a coerência de idéias e a correção gramatical do texto ao se empregar o sinal indicativo de crase no “a”, em “a internacionalização” (ℓ.6-7), situação em que esse termo seria empregado como objeto direto preposicionado.
- 10 Preservam-se a correção gramatical e a coerência da argumentação do texto ao se substituir a expressão “se cumprirem” (ℓ.7) por **forem cumpridas**.

1 Pode-se dizer que há complexidade onde quer que
se produza um emaranhamento de ações, de interações, de
retroações. E esse emaranhamento é tal que nem um
4 computador poderia captar todos os processos em curso. Mas
há também outra complexidade que provém da existência de
fenômenos aleatórios (que não podem ser determinados e
7 que, empiricamente, agregam incerteza ao pensamento).
Pode-se dizer, no que concerne à complexidade, que há um
pólo empírico e um pólo lógico e que a complexidade
10 aparece quando há simultaneamente dificuldades empíricas
e dificuldades lógicas. Pascal disse há já três séculos: “Todas
as coisas são ajudadas e ajudantes, todas as coisas são
13 mediatas e imediatas, e todas estão ligadas entre si por um
laço que conecta umas às outras, inclusive as mais
distanciadas. Nessas condições — agrega Pascal —
16 considero impossível conhecer o todo se não conheço as
partes”. Esta é a primeira complexidade: nada está isolado no
Universo e tudo está em relação.

Edgard Morin. *Epistemologia da complexidade*. In: Dora
Fried Schmitman (Org.). *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*.
Porto Alegre: Artmed, 1996, p. 274 (com adaptações).

Julgue os seguintes itens, a respeito de redações alternativas para
termos e estruturas lingüísticas do texto acima.

- 11 O desenvolvimento das idéias do texto permite, também, a
utilização gramaticalmente correta e textualmente coerente
da forma verbal **produz** no lugar de “produza” (ℓ.2).
- 12 O sentido impessoal do verbo **haver** permite que a afirmação
generalizada “Mas há também outra complexidade que
provém” (ℓ.4-5) seja substituída por uma frase nominal no
plural: Mas também outras necessidades provém.
- 13 Preserva-se o respeito às regras de pontuação do padrão
formal da língua portuguesa ao se retirar os parênteses das
linhas 6 e 7, demarcando-se a explicação do que sejam
“fenômenos aleatórios” (ℓ.6) por um travessão ou por uma
vírgula logo depois dessa expressão.
- 14 Reforça-se a idéia de possibilidade, coerente com a
argumentação desenvolvida no texto, e mantém-se sua
correção gramatical, ao se utilizar, em lugar de “Pode-se
dizer” (ℓ.8), o tempo verbal de futuro do pretérito, da
seguinte forma: Poderia-se dizer.
- 15 A retirada do sinal indicativo de crase em “no que concerne
à complexidade” (ℓ.8) altera as relações de sentido entre os
termos, mas preserva sua correção gramatical.
- 16 Seriam respeitadas as relações de textualidade e as regras
gramaticais se as palavras de Pascal, ‘considero impossível
conhecer o todo se não conheço as partes’ (ℓ.16-17), fossem
assim enunciadas: considero impossível ao todo conhecer se
não conheço as partes.

1 Em minha opinião, uma percepção ingênua dos
fenômenos de mercado, como a crença nos mercados
perfeitos, fornece exatamente o que seus críticos mais
4 utilizam como munição nos momentos de crise e
descontinuidade. O argumento da suposta infalibilidade dos
mercados em bases científicas e a pretensão de transformar
7 economia e finanças em ciências exatas produzem uma
perigosa mistificação: confundir brilhantes construções
mentais para entender a realidade com a própria realidade.
10 Os mercados não são *perfeitos*. São, isto, sim, poderosos
instrumentos de coordenação econômica em busca
permanente de eficiência. Mas são também o espelho de
13 nossos humores, refletindo nossa falibilidade nas avaliações.
São contaminados por excesso de otimismo e de pessimismo.
São humanos, demasiado humanos.

Paulo Guedes. *Os mercados são demasiado
humanos*. In: *Época*, 21/7/2008 (com adaptações).

A partir da organização das idéias e das estruturas lingüísticas do
texto acima, julgue os itens subsequentes.

- 17 O período inicial do texto, “Em minha opinião (...)”
descontinuidade” (ℓ.1-5), explicitando um juízo de valor,
apresenta o formato adequado, no teor e na correção
gramatical, para compor o texto final de um parecer, se no
final deste for acrescida a frase **É o parecer**.
- 18 Na linha 7, a flexão de plural da forma verbal “produzem” é
exigida pelo termo “economia e finanças”.
- 19 Seria mantida a correção gramatical do trecho “Os mercados
não são *perfeitos*. São, isto, sim, poderosos” (ℓ.10), caso ele
fosse assim reescrito: Os mercados não são *perfeitos*; são,
isto sim, poderosos.
- 20 Na linha 12, o termo “o espelho” permite que o verbo **ser**,
nessa oração, seja flexionado também no singular: Mas é
também o espelho.

Estariamos entrando na era dos autocratas? É certamente tentador pensar assim depois de ver a recente surra dada pela Rússia na Geórgia. Essa invasão marca com clareza uma nova fase na política mundial, mas seria um erro pensar que o futuro pertence à mão pesada do russo Vladimir Putin e aos seus colegas déspotas.

Estou pessoalmente interessado em discernir o formato do novo momento internacional, porque em 1989 escrevi um ensaio intitulado **O Fim da História?** Nele, eu argumentava que as idéias liberais haviam triunfado de maneira conclusiva com o fim da Guerra Fria. Mas, hoje, o predomínio dos Estados Unidos da América sobre o sistema mundial está fraquejando; Rússia e China se oferecem como modelos, exibindo uma combinação de autoritarismo e modernização que claramente desafia a democracia liberal. Eles parecem ter grande número de imitadores.

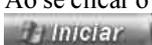
Francis Fukuyama. **Democracia resiste a novo autoritarismo.**
In: **O Estado de S. Paulo**, 31/8/2008, p. A24 (com adaptações).

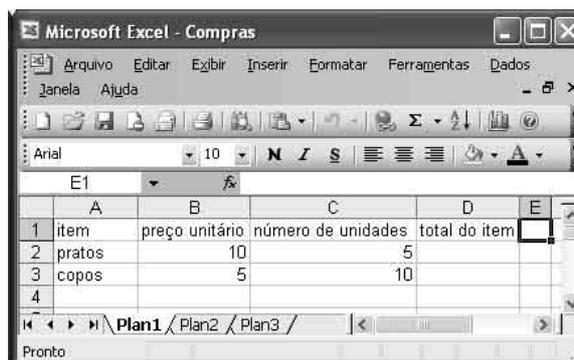
Tendo o texto acima como referência inicial e considerando aspectos marcantes da realidade mundial contemporânea, julgue os itens que se seguem.

- 21 A recente intervenção militar russa mencionada no texto foi justificada por Moscou como de apoio à separatista Ossétia do Sul, alvo de ataque por parte do poder central da Geórgia.
- 22 Infere-se do texto que o episódio militar citado no primeiro parágrafo circunscreve-se à região em que se situou, o Cáucaso, sendo irrelevante para a compreensão do atual cenário internacional.
- 23 Ao contrário do que se previa há duas décadas, o fim da Guerra Fria fez recrudescer as tensões do sistema bipolar mundial, ampliando a rivalidade americano-soviética, como se vê nos atuais incidentes envolvendo a Geórgia.
- 24 O autor reconhece que, na atualidade, o poder mundial norte-americano não se manifesta de maneira inequívoca e emite sinais de algum tipo de fragilidade.
- 25 Especificamente em relação à China, a modernização a que se refere o texto situa-se fundamentalmente no campo econômico, com alguma abertura à iniciativa privada e crescentemente vigorosa participação no mercado global.
- 26 Para ser aceita na comunidade internacional, especialmente na Organização Mundial do Comércio, a China viu-se impelida a promover sensível abertura política e aproximar-se do modelo liberal do Ocidente.
- 27 Encerradas há pouco, as Olimpíadas de Pequim foram usadas pela China para demonstrar ao mundo pujança, vigor e capacidade de realização do país, no que introduziu inédito sentido político a uma competição que desconhecia esse tipo de procedimento.
- 28 Ao mencionar o grande número de imitadores do modelo político autocrático, o texto se refere ao atual cenário sul-americano, caracterizado por governos fortes, alçados ao poder pela força das armas, ainda que com respaldo popular.
- 29 Além de limitações econômicas, parte significativa da África está hoje submetida a governos considerados autocráticos e, em determinadas regiões, a conflitos étnicos de elevada dramaticidade, como atesta o caso de Ruanda.
- 30 Na Colômbia de hoje, a luta contra insurgentes, como as FARC, faz-se dentro dos marcos clássicos da democracia representativa, com eleições periódicas e funcionamento regular das instituições.



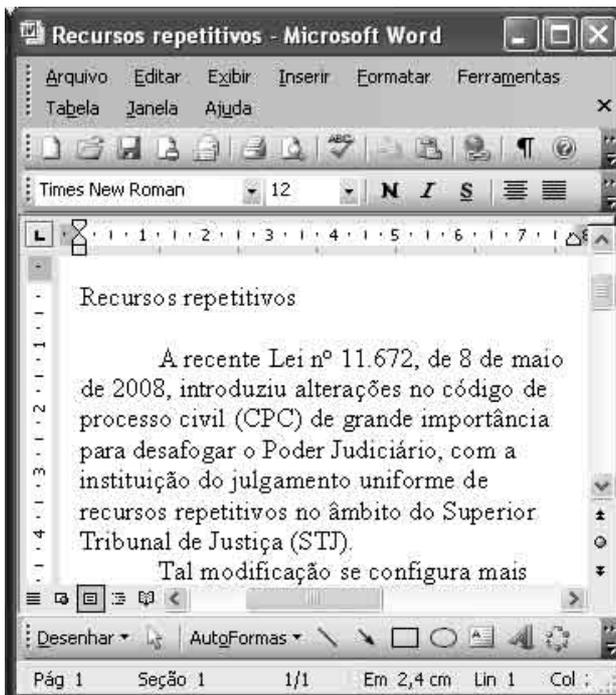
A figura acima mostra parte da área de trabalho de um computador que tem como sistema operacional o Windows XP. Com relação a essa figura e ao Windows XP, julgue os itens seguintes.

- 31 Ao se clicar o ícone  com o botão direito do *mouse*, o arquivo associado a esse ícone será aberto.
- 32 Ao se clicar o ícone  e, em seguida, se clicar o botão , o aplicativo associado a esse ícone será iniciado.
- 33 Ao se pressionar a tecla  e, mantendo-a pressionada, se teclar , será aberta a janela denominada Gerenciador de tarefas do Windows, que permite, entre outras coisas, visualizar uma lista dos aplicativos que estão sendo executados no computador.



A figura acima mostra uma janela do Excel 2003 com uma planilha, na qual as células A2 e A3 apresentam itens a serem comprados; as células B2 e B3, os preços unitários de cada item, em reais; e as células C2 e C3, as quantidades de itens a serem adquiridos. Considere que as células que contêm números estejam formatadas como números, e que os valores numéricos sejam todos inteiros. A partir dessas informações, julgue os itens subsequentes, relativos ao Excel 2003.

- 34 Para se calcular o preço total dos cinco pratos e pôr o resultado na célula D2, é suficiente clicar essa célula, digitar $=B2*C2$ e, em seguida, teclar .
- 35 As células A1 e A3 estarão selecionadas após a execução da seguinte seqüência de ações: clicar a célula A1; pressionar e manter pressionada a tecla ; clicar a célula A3; liberar, finalmente, a tecla .
- 36 A seguinte ação irá mover o conteúdo da célula C2 para a célula D2: clicar a célula C2 e teclar .



Considerando a figura acima, que mostra uma janela do Word 2003, com um documento em processo de edição, julgue os itens a seguir.

- 37 Considere a realização das seguintes ações: aplicar um clique duplo sobre a palavra “Judiciário”; pressionar e manter pressionada a tecla **Ctrl**; teclar **C**; liberar a tecla **Ctrl**. Após essas ações, a referida palavra será copiada para a área de transferência e poderá ser colada em outro local do documento, aplicando-se um clique nesse local e, em seguida, pressionando-se e mantendo-se pressionada a tecla **Ctrl**, teclando-se **V** e liberando-se a tecla **Ctrl**.
- 38 Para se centralizar o título do documento — “Recursos repetitivos” —, é suficiente aplicar um clique simples em algum lugar desse título e, em seguida, clicar .
- 39 O menu **Ferramentas** possibilita o acesso a ferramentas que permitem, entre outras ações, determinar o número de palavras contidas em trecho do texto selecionado.
- 40 Ao se clicar o botão , será aberta uma janela denominada Idioma, que permite definir o idioma que o verificador ortográfico utilizará em texto selecionado.
- 41 Na situação apresentada na janela, o botão  pode ser usado para salvar o documento em edição, mantendo-se o nome, o local e o formato do arquivo atualmente aberto.
- 42 Ao se clicar o botão , será aberta a janela denominada Tradução, onde o usuário poderá escolher uma língua para a qual um trecho selecionado deve ser traduzido.
- 43 No menu **Arquivo**, encontra-se opção que permite enviar o documento em edição como anexo em uma mensagem de correio eletrônico.



A figura acima mostra uma janela do Internet Explorer 7 (IE7), na qual é exibida parte de uma página da Web. Com relação a essa janela, ao IE7 e a conceitos e tecnologias relacionados à Internet, julgue os itens que se seguem.

- 44 O menu **Ferramentas** possibilita o acesso a funcionalidade que permite definir a primeira página que deve ser exibida quando o IE7 é aberto.
- 45 Ao se clicar o botão , será exibida uma lista de todos os *websites* que foram acessados no dia atual.
- 46 Ao se clicar , será aberta a página inicial do *website* do STJ.
- 47 Ao se clicar , no canto superior esquerdo da janela mostrada, é exibida uma lista de opções, entre as quais se encontra uma que permite fechar o IE7.
- 48 Ao se aplicar um clique duplo em um local na barra de título que não contenha nenhum botão ou ícone, a janela mostrada será minimizada.

Com relação a correio eletrônico, julgue os próximos itens.

- 49 O programa Outlook Express 2003 permite a edição e o envio de mensagens de correio eletrônico, possuindo, também, funcionalidades que permitem o envio de cópias de uma mesma mensagem a vários endereços de correio eletrônico.
- 50 Toda mensagem enviada para endereço de correio eletrônico que contenha o símbolo @ passa por processo de criptografia. Esse processo garante que, se a mensagem for interceptada por pessoa que não seja o destinatário, seu conteúdo não será decifrado.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca dos princípios fundamentais da CF e das emendas à CF, julgue os seguintes itens.

- 51** O poder constituinte derivado decorrente consiste na possibilidade que os estados-membros têm, em virtude de sua autonomia político-administrativa, de se auto-organizarem por meio das respectivas constituições estaduais, sempre respeitando as regras estabelecidas pela CF.
- 52** O princípio democrático é compreendido como um princípio normativo multiforme. De um lado, surge como um processo de democratização, entendido como processo de aprofundamento democrático da ordem política, econômica, social e cultural. De outro, revela a sua total contradição, pois associa conceitos da teoria representativa (com órgãos representativos) e a democracia participativa, a qual se esgota com as eleições diretas.

Quando à aplicabilidade das normas constitucionais e aos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens a seguir.

- 53** Para a moderna teoria constitucional, que define a constituição como um regime aberto de regras e princípios, estes, por sua flexibilidade e abstração, mesmo quando jurídicos, não podem ser considerados como normas constitucionais, mas apenas como normas programáticas, representando uma pauta de valores a ser seguida pelo legislador na edição de novas regras.
- 54** Caso um servidor público federal responda a processo administrativo disciplinar sem a participação de advogado, nesse caso, não haverá nulidade por violação ao princípio da ampla defesa e do contraditório, já que a ocorrência dessa espécie de vício deve ser analisada no caso concreto e não de forma abstrata.

A respeito da organização do Estado, julgue os itens que se seguem.

- 55** Compete privativamente à União legislar sobre normas gerais de licitação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos estados, do DF e dos municípios e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, podendo a lei complementar autorizar os estados, o DF e os municípios a legislar sobre questões específicas.
- 56** Se, na ausência de lei federal disposta sobre normas gerais, o governador de determinado estado promulgasse lei estadual criando algumas isenções ao pagamento de custas judiciais, nesse caso, essa lei seria constitucional, já que o referido estado teria competência legislativa para editar tal lei.

No que concerne à organização do Poder Judiciário, julgue os itens subseqüentes.

- 57** Junto ao STJ funciona o Conselho da Justiça Federal, ao qual cabe, na forma da lei, a supervisão administrativa e orçamentária da justiça federal de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema e com poderes correccionais, cujas decisões terão caráter vinculante, para toda a justiça federal.
- 58** Ao contrário do que ocorre com os membros do STF, que são julgados pelo Senado Federal por crimes de responsabilidade, os membros do CNJ são julgados, por fatos da mesma natureza, pelo próprio STF.

Acerca da administração pública, julgue os próximos itens.

- 59** Caso um servidor público ocupe cargo efetivo cuja remuneração seja composta do vencimento básico somado a uma gratificação de produtividade (X) e, além dessas parcelas, tal servidor faça jus a uma gratificação (Y) que incida sobre o vencimento básico e a gratificação X, não haverá vício de inconstitucionalidade quanto à percepção da gratificação Y.
- 60** As formas de participação popular na gestão da coisa pública previstas na CF incluem a autorização para a lei disciplinar a representação do usuário do serviço público contra o exercício negligente ou abusivo do cargo público.

Quando aos poderes administrativos, julgue os itens a seguir.

- 61** O poder regulamentar do presidente da República, que visa proporcionar o fiel cumprimento das leis, não se confunde com o chamado poder regulador, conferido ao CNJ, inclusive para disciplinar as atividades judiciais dos demais membros do Poder Judiciário, visando a celeridade processual e a obediência aos princípios constitucionais da moralidade, eficiência, publicidade, razoabilidade e proporcionalidade.
- 62** Se uma agência reguladora federal aplicar multa a uma empresa motivada por determinada infração administrativa cuja lei de regência autorize a aplicação de multa a ser fixada entre R\$ 500,00 e R\$ 1.000.000,00, nesse caso, como a penalidade de multa emana de poder do administrador, o qual está balizado pelos critérios de conveniência e oportunidade, o Poder Judiciário não poderá alterar o valor da multa, mesmo que o considere exacerbado, mas tão-somente anular a própria sanção (multa), se houver ilegalidade, sob pena de violação do princípio da separação dos poderes.

Acerca dos atos administrativos, julgue o item abaixo.

- 63** O administrador público pode praticar ato administrativo que contrarie jurisprudência do STJ, firmada em sentido contrário, desde que o faça de forma motivada, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos.

O estado X firmou contrato administrativo de obra pública, no regime de administração contratada. Para tanto, foi feita a licitação, sendo vencedora a empresa Y, ficando a empresa Z em segundo lugar. Passados nove meses do início da execução da obra, o referido contrato foi rescindido pela contratada.

Acerca dessa situação hipotética, dos contratos administrativos e da licitação, julgue os seguintes itens.

- 64** Na hipótese considerada, a administração poderá contratar a empresa Z, segunda colocada na referida licitação, com dispensa de licitação, desde que mantidas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor.
- 65** Uma das características do contrato administrativo é a existência das chamadas cláusulas exorbitantes e da limitação ao princípio geral dos contratos *pacta sunt servanda*. No entanto, constitui motivo legítimo para rescisão do contrato, por iniciativa do contratado, o atraso superior a noventa dias dos pagamentos devidos pela administração decorrentes de obras ou parcela destas já executadas.
- 66** Conforme determina a lei de regência, a execução indireta de obras, quando feita por administração contratada, faz que a administração contrate um empreendimento em sua integralidade, compreendendo todas as etapas da obra, dos serviços e das instalações.

Maria, servidora pública federal, ingressou com ação na justiça, visando diminuir o valor da sua contribuição social ao regime próprio de previdência social. A liminar foi deferida, razão pela qual, durante dois anos, sua contribuição social foi de 6%, ao passo que a lei de regência determinava 11%. Pedro, servidor público federal, marido de Maria, passou a ter exercício, no interesse da administração, em nova sede do órgão em que trabalha, localizado em outro estado da Federação, mudando o seu domicílio em caráter permanente.

Segundo o regime dos servidores públicos, na forma da Lei n.º 8.112/1990, julgue os itens que se seguem, relacionados à situação hipotética acima descrita.

- 67** Uma vez cassada a decisão judicial concedida em favor de Maria, a administração pública poderá promover, desde que Maria seja comunicada do fato, de ofício, o desconto dos valores devidos da remuneração da citada servidora, visando à satisfação desse crédito.
- 68** Pedro fará jus a ajuda de custo destinada a compensar as despesas de sua instalação no novo domicílio, calculada sobre a sua remuneração, não podendo exceder ao equivalente a três meses.
- 69** Diante do deslocamento de Pedro, Maria poderá ter exercício provisório em órgão ou entidade da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional, desde que exerça atividade compatível com seu cargo.

Acerca do processo administrativo, na forma da Lei n.º 9.784/1999, julgue os itens subseqüentes.

- 70** Conforme determina a lei geral do processo administrativo no âmbito da União, a atuação da administração pública deve ser feita de acordo com a lei e com os atos regulamentares editados pelo Poder Executivo, não sendo considerados o entendimento doutrinário nem o jurisprudencial, pois esses são formas de interpretação estranhas ao Poder Executivo.
- 71** Se um interessado ingressar com processo administrativo no âmbito federal e declarar que fatos e dados estão registrados em documentos existentes na própria administração, nesse caso, somente se houver pedido expresso do interessado é que o órgão competente fornecerá tais documentos ou as respectivas cópias, já que a prova incumbe a quem alega, sendo, portanto, um ônus do interessado.
- 72** Considere a seguinte situação hipotética.
Lúcia, servidora pública federal, passou a receber uma gratificação na sua remuneração mensal em 2/9/2002. Em 5/10/2006, essa parcela remuneratória foi impugnada pelo TCU. Em 10/9/2007, o TCU determinou ao órgão de origem de Lúcia que anulasse imediatamente o ato concessivo daquela gratificação, o que ocorreu em 30/9/2007.
Nessa situação, não ocorreu a decadência do direito da administração em anular o referido ato.

Quanto à Lei de Improbidade (Lei n.º 8.429/1992), julgue os itens a seguir.

- 73** Se um indivíduo pretende tomar posse e entrar em exercício em cargo público efetivo no âmbito do STJ, nesse caso, como não se trata de cargo em comissão, ele não estará obrigado a fornecer a declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.
- 74** A abertura da ação civil pública por improbidade administrativa, pelo Ministério Público Federal, quando o mesmo fato ilícito for objeto de tomada de contas especial, fica condicionada às conclusões do TCU sobre o tema.

Marcilene, casada com Antônio, tomou posse em cargo público efetivo de técnico judiciário, no STJ, em março de 2007. Logo depois, foi convidada a ocupar cargo em comissão de natureza gerencial na presidência do órgão.

Considerando a situação hipotética apresentada e as carreiras dos servidores do Poder Judiciário da União (Lei n.º 11.416/2006), julgue os itens subseqüentes.

- 75** Marcilene poderá ocupar o referido cargo, mesmo que não tenha formação de nível superior.
- 76** Se Antônio for servidor público ocupante de cargo efetivo no STJ, lotado em gabinete de ministro, Marcilene ficará impedida de tomar posse no cargo comissionado.

Uma concessionária de serviços telefônicos, empresa privada, suspendeu o fornecimento do sinal de telefone da residência de Paulo, após notificá-lo da falta de pagamento das faturas referentes aos meses de abril e maio de 2008. Paulo alegou, perante a concessionária, que, nesse período, estava viajando, não promovendo qualquer ligação, fato esse constatado pela concessionária, já que lhe foi cobrado somente o valor mínimo.

Com referência a esse caso hipotético e aos serviços públicos, julgue os itens que se seguem.

- 77** Conforme a lei de regência, essa suspensão do sinal de telecomunicação foi indevida, diante do princípio da continuidade do serviço público.
- 78** O valor cobrado pela concessionária caracteriza-se como taxa de serviço público, a qual pode ser cobrada pela efetiva ou potencial utilização do serviço público, já que o mesmo estava à disposição de Paulo.

O ciclo orçamentário corresponde a um período de quatro anos, que tem início com a elaboração do PPA e se encerra com o julgamento da última prestação de contas do Poder Executivo pelo Poder Legislativo. Trata-se, portanto, de um processo dinâmico e contínuo, com várias etapas articuladas entre si, por meio das quais sucessivos orçamentos são discutidos, elaborados, aprovados, executados, avaliados e julgados.

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens que se seguem.

- 79** Na esfera federal, o Poder Executivo é obrigado, anualmente, a enviar ao Poder Legislativo um conjunto de informações que permitam o acompanhamento e a avaliação do cumprimento das metas estabelecidas para as programações definidas no PPA, contemplando: a execução física e orçamentária das ações para os exercícios já encerrados; demonstrativo, por programa e por indicador, dos índices alcançados ao término do exercício anterior e dos índices finais previstos; avaliação, por programa, da possibilidade de alcance do índice final previsto para cada indicador e de cumprimento de metas, com indicação das medidas corretivas necessárias; e as estimativas das metas físicas e valores financeiros não só para o exercício a que se refere a proposta orçamentária, mas também para os três exercícios subsequentes.
- 80** Dependerá de lei complementar a regulamentação do PPA, da LDO e do orçamento anual, no tocante a exercício financeiro, vigência, prazos, elaboração e organização. A referida lei deverá estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta e condições para instituição e funcionamento dos fundos. Enquanto isso, na esfera federal, os prazos para o ciclo orçamentário estão estabelecidos no ADCT.
- 81** O princípio do equilíbrio orçamentário é o parâmetro para a elaboração da LOA, o qual prescreve que os valores fixados para a realização das despesas deverão ser compatíveis com os valores previstos para a arrecadação das receitas. Contudo, durante a execução orçamentária, poderá haver frustração da arrecadação, tornando-se necessário limitar as despesas para adequá-las aos recursos arrecadados.

Órgão 11000 – Superior Tribunal de Justiça
 Unidade Orçamentária – Superior Tribunal de Justiça
 Execução Orçamentária até 22/8/2008
 Valores em R\$ mil

função	subfunção	dotação inicial	liquidado
02 – judiciária	061 – ação judiciária	450.101	268.574
02 – judiciária	122 – administração geral	79.651	40.063
02 – judiciária	126 – tecnologia da informação	14.478	2.807
02 – judiciária	128 – formação de recursos humanos	3.000	783
02 – judiciária	131 – comunicação social	6.100	2.561
02 – judiciária	301 – atenção básica	21.223	18.302
02 – judiciária	306 – alimentação e nutrição	21.705	13.772
02 – judiciária	331 – proteção e benefícios ao trabalhador	84	17
02 – judiciária	365 – educação infantil	4.398	2.349
09 – previdência social	272 – previdência do regime estatutário	162.347	101.502
28 – encargos especiais	846 – outros encargos especiais	23.778	22.760
Total		786.865	473.490

Fonte: SIAFI/SIGA

A partir da tabela acima, que apresenta a execução orçamentária de 2008 do STJ, julgue os itens seguintes, acerca de administração financeira e orçamentária.

- 82** A função representa o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público. A subfunção identifica a natureza básica dos projetos que se aglutinam em torno da unidade orçamentária e não pode ser combinada com funções diferentes daquelas a que estejam vinculadas.
- 83** O valor de R\$ 473.490,00 liquidado até 22/8/2008, do orçamento do STJ, é igual ao valor empenhado na execução orçamentária para o pagamento estabelecido na relação contratual existente entre o STJ e seus fornecedores.
- 84** A CF assegura autonomia administrativa e financeira ao Poder Judiciário; com isso, a proposta orçamentária elaborada pelo STJ não precisa obedecer aos limites estipulados aos poderes na LDO.
- 85** A função previdência social executada na unidade orçamentária STJ não pertence ao orçamento da seguridade social, pois o tribunal não integra a esfera institucional da saúde, da previdência social ou da assistência social, ou seja, não está vinculado aos ministérios correspondentes a essas áreas.
- 86** As fontes de recursos que asseguram o custeio do orçamento do STJ podem ser classificadas em duas categorias: receitas correntes e receitas de capital. As receitas correntes são provenientes da realização de recursos financeiros e de outros recursos arrecadados diretamente pelo STJ, como, por exemplo, as taxas cobradas por serviços públicos. As receitas de capital são provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinadas a atender a despesas correntes.

O STJ faz questão de dar transparência às suas contas, em atendimento ao princípio constitucional da publicidade. Por isso, publica periodicamente na Internet os seus Relatórios de Gestão Fiscal. A prática segue o disposto na LRF — LC n.º 101/2000. Assim, na Internet, é possível acessar os demonstrativos contábeis do STJ, bem como as resoluções internas que aprovam os respectivos relatórios de gestão.

Internet: <www.stj.gov.br> (com adaptações).

Tendo o fragmento de texto acima como referência inicial, julgue os itens a seguir.

- 87** Qualquer cidadão pode ter acesso aos dados orçamentários da União, do estado e do município, pois a LRF assegura ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, de planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; prestações de contas e respectivo parecer prévio; do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal.
- 88** Ao final de cada quadrimestre, o presidente do STJ, em conjunto com o responsável pela administração financeira, tem de assinar o relatório de gestão fiscal, que deve conter, entre outras informações, o montante gasto com a despesa com pessoal. No último quadrimestre, o relatório de gestão fiscal tem de apresentar também o demonstrativo da inscrição em restos a pagar, das despesas liquidadas e das não-inscritas por falta de disponibilidade de caixa e cujos empenhos tenham sido cancelados.

Considere, por mera hipótese, que o presidente do STJ resolva abrir, ao orçamento fiscal do tribunal, crédito suplementar no valor de R\$ 100.000,00 para atender ao pagamento de precatório de sentença judicial transitada em julgado. Em face dessa consideração, julgue os itens subseqüentes.

- 89** Os recursos para abertura do referido crédito suplementar podem ser constituídos pelo excesso de arrecadação, pelo *superavit* financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, do produto de operações de crédito autorizadas e pela anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais. Contudo, as alterações promovidas na programação orçamentária têm de compatibilizar-se com a obtenção da meta de resultado primário estabelecida no Anexo de Metas Fiscais da LDO.
- 90** Por se tratar de despesa que não estava prevista, o presidente do STJ poderia abrir um crédito especial ou um crédito extraordinário respaldado na LOA, que assegura o crédito orçamentário extraordinário para as despesas não computadas ou insuficientemente dotadas de recursos.

Julgue os itens a seguir, que versam acerca da administração pública e de estrutura e estratégia organizacional.

- 91** A adoção, por uma repartição pública, da estratégia de possuir uma estrutura organizacional com amplitude administrativa estreita tende a provocar um custo administrativo alto.
- 92** Uma organização pública que opte por aumentar sua amplitude de controle tenderá a produzir estruturas organizacionais mais altas.
- 93** Uma organização pública pode estimular a criatividade e a independência nas pessoas de nível hierárquico mais baixo por meio de uma estratégia de descentralização.
- 94** A estratégia de centralização é indicada para preparar candidatos para posições mais elevadas em uma organização pública.

Acerca da evolução da administração pública, desde o modelo racional-legal até o paradigma pós-burocrático, julgue os itens subseqüentes.

- 95** O paradigma pós-burocrático, apesar de se contrapor à ideologia e ao rigor técnico da burocracia tradicional, possui diversas características do modelo burocrático.
- 96** No modelo pós-burocrático, evita-se fomentar a competição no âmbito da administração pública.
- 97** A administração pública burocrática não possui vantagem fundamental, de modo que não é indicada a sua utilização em organização pública.
- 98** Na administração pública gerencial, o cidadão é visto tanto como contribuinte de impostos quanto como cliente de seus serviços.

Julgue os seguintes itens, que versam acerca da elaboração, da análise, da avaliação e do gerenciamento de projetos.

- 99** A estrutura analítica do projeto é uma representação gráfica e detalhada de todo o seu escopo.
- 100** Em uma organização pública que busca seguir as orientações do PMBOK (*Project Management Body of Knowledge*), o termo de abertura do projeto (*project charter*) deve estar sob responsabilidade do gerente do projeto.
- 101** Existe uma variedade de modelos e ferramentas que poderão ser utilizados para elaboração, análise, avaliação e gerenciamento de projetos. Entre eles, destacam-se o modelo ZOPP (planejamento de projeto orientado por objetivo), as ferramentas análise da situação e matriz de planejamento de projeto (quadro lógico) e o Guia de Conhecimentos sobre Gerenciamento de Projetos — *Project Management Body of Knowledge/Project Management Institute* (PMBOK/PMI).
- 102** Escopo do projeto é sinônimo de escopo do produto, que elenca as características e funções que descrevem um produto, um serviço ou um resultado.

Com respeito à gestão do clima e da cultura organizacional, julgue os itens que se seguem.

- 103** A cultura organizacional é um termo descritivo e não avaliativo.
- 104** O clima organizacional é formado por variáveis de dimensão extra-organizacional, que envolve a manifestação de sentimentos e atitudes dos empregados em relação às pessoas, ao trabalho e à própria organização.
- 105** O clima organizacional pode e deve ser gerenciado por meio de estratégias como desenvolvimento gerencial.
- 106** Reconhecer que a organização é um ambiente psicologicamente significativo para seus membros tem contribuído para a definição de clima organizacional.
- 107** Embora a palavra clima seja de fácil entendimento como sinônimo de atmosfera, sua investigação e análise científica não são tão fáceis. Não há concordância na definição do termo, nem no desdobramento de seus fatores componentes.

No que concerne ao gerenciamento de conflitos, julgue os itens a seguir.

- 108** Conflito pode ser definido como um processo que começa quando uma parte, X, percebe que outra, Y, a afetou, ou vai afetar negativamente algo que interessa a X.
- 109** Conflitos funcionais destroem as metas do grupo.
- 110** A negociação é uma estratégia adequada para lidar com conflitos.

Quanto à função estratégica da área de gestão de pessoas, julgue os itens subseqüentes.

- 111** A função da área de recursos humanos deve estar focada na adaptação das pessoas ao seu papel ocupacional.
- 112** O gerenciamento de pessoas por competência é uma intervenção que visa ao alinhamento da atuação das equipes de trabalho com as competências estratégicas necessárias à organização.
- 113** A gestão de desempenho é uma prática de gestão de pessoas de responsabilidade de estafe e função de linha.
- 114** O recrutamento e a seleção de pessoal fazem parte de um sistema maior de gestão de pessoas cujos subsistemas estão diretamente relacionados.

A respeito do Regimento Interno do STJ, julgue os itens seguintes.

- 115** Um recurso especial interposto em um processo de investigação de paternidade deve ser distribuído para a Terceira Seção.
- 116** Os feitos relativos a servidores públicos civis e militares devem ser julgados na Terceira Seção.
- 117** As ações que discutirem desapropriação para finalidade de reforma agrária devem ser julgadas na Primeira Seção.
- 118** Das decisões proferidas pelo Conselho da Justiça Federal cabe recurso administrativo.
- 119** O dia 11 de agosto é feriado no âmbito do STJ.
- 120** Nos acórdãos, é exigida a assinatura usual dos ministros, e não a simples rubrica.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, que vale **dez** pontos, faça o que se pede, usando o espaço para rascunho abaixo. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **trinta** linhas será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Notadamente, o capital humano das organizações tem sido apontado como diferencial de competitividade. Para engajar-se nos projetos organizacionais, o capital humano necessita estar motivado para o trabalho. Nesse sentido, tendo em vista teorias sobre motivação reconhecidas na literatura da área administrativa, redija uma proposta de plano de ação para preservar a motivação dos colaboradores de uma organização pública. Em seu texto, aponte a teoria a que se refere cada aspecto desse plano e indique os atores envolvidos.

Rascunho

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

